

ENSINO DE FILOSOFIA: DA SUA CONFIGURAÇÃO A PROPOSTAS METODOLÓGICAS

Alex de Mesquita Marinho*

Resumo: O presente trabalho é uma abordagem crítico-reflexiva que visa incentivar e proporcionar suporte às discussões sobre temática do Ensino de Filosofia no Ensino Médio. Nesse sentido, discutir-se-ão problemáticas relacionadas às questões históricas acerca da prática pedagógica em filosofia no nível médio brasileiro; às diversas faces em que se apresenta o ensino de filosofia e suas consequências, bem como algumas propostas metodológicas para ensinar filosofia no Ensino Médio. Para tanto, buscou-se através de uma metodologia bibliográfica mostrar que as dificuldades desse processo de ensino foram geradas a partir de um percurso histórico conturbado dessa disciplina nos currículos educacionais e que há possibilidades de desenvolvimento de estratégias para um ensino de filosofia significativo.

Palavras-chave: Filosofia. Ensino. Metodologia.

TEACHING PHILOSOPHY: FROM ITS CONFIGURATION TO METHODOLOGICAL PROPOSALS

Abstract: The present work is a critical-reflexive approach that aims to encourage and provide support to the discussions on Philosophy Teaching in High School. In this sense, we will discuss problems related to historical issues about pedagogical practice in philosophy at the Brazilian average level; the various faces on which the teaching of philosophy and its consequences are presented, as well as some methodological proposals to teach philosophy at the High School. In order to do so, it was sought through a bibliographical methodology to show that the difficulties of this teaching process were generated from a troubled historical course of this discipline in the educational curricula and that there are possibilities of developing strategies for a teaching of meaningful philosophy.

Keywords: Philosophy. Teaching. Methodology.

* Mestre em Filosofia (PROF-FILO) pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: mesquitalex@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão pretende demonstrar a necessidade de um trabalho eficaz em sala de aula de modo a explicitar-se a importância da adequação do aluno a viver em sociedade. Tendo consciência dos dissabores causados pelas intolerâncias sociais e a importância de se adquirir habilidades no decurso do Ensino Médio, o conhecimento sobre a disciplina filosofia torna-se essencial.

Aprender filosofia não é só ler um texto, é preciso saber interpretar e ir muito mais além. É ser capaz de compreender o que está escrito. Ao dominar o texto, o leitor torna-se apto a adquirir informações, desenvolver o raciocínio lógico, se integrar melhor na sociedade e ampliar a sua visão de mundo. Interpretar é uma habilidade indispensável ao cidadão. Em sala de aula o trabalho do docente deve ser incansável no sentido de não medir esforços na construção de estratégias que busquem um desenvolvimento significativo de seus educandos.

Muitos docentes em filosofia acabam por acomodar-se num ensino enciclopédico que não prioriza a capacidade pensante dos estudantes. Outros acabam desenvolvendo um ensino calcado em temáticas dispersas que culminam numa enxurrada de discussões e opiniões não fundamentadas. O processo educativo em filosofia precisa ser construído de forma atrativa e honesta, pois a esse saber não pode deixar-se sufocar por sistemáticas burocráticas.

Ensinar filosofia é mais que apresentar um elenco de pensadores, suas vidas e obras. É, sobretudo, uma atividade no pensamento, sobre o pensamento e a partir do pensamento e, para isso necessita-se de maneiras adequadas e objetivos claros. Como não há nenhuma forma de se distanciar dessa realidade, os profissionais dessa área deveriam olhar para si mesmos, para suas próprias práticas, questionando-se sobre o real sentido desse ensino, ou seja, o porquê ensinar filosofia.

A sociedade atual experimenta mudanças rápidas e complexas devido ao fluxo de informações variadas e numerosas. Por isso, a necessidade de se estimular o exercício do pensamento torna-se cada vez mais salutar.

1 DIGRESSÃO HISTÓRICA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

Quando se fala sobre o ensino de filosofia nas escolas brasileiras, uma gama de questões e desafios vem à tona. Geralmente, fala-se da pouca valorização dessa disciplina, da carga horária reduzida e da atuação de professores que não são formados para atuarem nessa área, entre outras dificuldades.

Há, portanto, uma série de reveses que por vezes dão origem a dúvida sobre a permanência da filosofia no currículo educacional de nível médio brasileiro, pois parece pertinente refletir sobre uma determinada área e a eficácia de seu ensino como agente desenvolvedor de competências e de preparo para a cidadania.

Compreender os motivos pelos quais se enfrentam os obstáculos supracitados faz-se tarefa salutar para refletir e buscar soluções adequadas às problemáticas desse ensino. Do contrário, a filosofia continuará sendo vista por muitos como um saber sem importância ou meramente abstrato.

Um dos meios para entender a atual configuração do ensino de filosofia no Brasil é analisando sua introdução (e sua retirada) nos currículos em diferentes contextos históricos e educacionais.

1.1 A introdução da filosofia no currículo do Ensino Médio

A filosofia como disciplina escolar no nível médio brasileiro, possui um histórico deveras conturbado, sobretudo, devido às questões políticas do passado.

Com a reforma curricular do ensino em 1942, a filosofia torna-se disciplina obrigatória; já na década de 1960 seu status é de disciplina de caráter optativo. Com o apogeu da ditadura militar, novamente o ensino de filosofia sofre alterações, dessa vez é excluído das escolas juntamente com a disciplina de sociologia, *vide*.

O regime militar que governou o país (1964-1985) provocou a ausência da obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar por um período de 37 anos. Na época da ditadura militar, filosofia e sociologia, passaram a ser substituídas pela disciplina de educação moral e cívica. (SÁ, 2014, p. 126).

É bastante conhecido o episódio da retirada da filosofia das escolas durante o regime militar brasileiro, devido seu caráter questionador e reflexivo, que podem se tornar uma ameaça a qualquer regime autoritário que pretenda manter-se no poder, e a ênfase na formação técnica que desviava ainda mais o foco para possíveis transgressões ao regime instalado. Nesse período as disciplinas de humanas foram altamente desvalorizadas, pois o que importava era o ensino técnico-profissionalizante (Lei 5.692/71).

Na segunda metade da década de 1980, com o fim do período ditatorial, o ensino de filosofia passou a ser reintroduzido lentamente, porém o público do ensino médio encontrava-se modificado, ou seja, a realidade das escolas era outra. Começam a surgir aí certas inquietações sobre como proceder no ensino dessa disciplina, visto que agora os sujeitos do processo educativo possuíam outras necessidades e isso gerou novas inquietações sobre a obrigatoriedade da filosofia como disciplina escolar.

A indefinição sobre o ensino de filosofia ser obrigatório ou não se arrastou por alguns anos. No ano de 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) começou a dar os primeiros passos rumo à reintrodução da filosofia no Ensino Médio. A proposta do CNE para a inclusão da filosofia junto aos currículos da educação básica, agora regida pela Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – tinha prazo com duração de um ano para que houvesse a adequação a essa disciplina. Porém, somente no ano de 2008 foi sancionada a lei que legitimava a obrigatoriedade da inserção da filosofia como disciplina escolar no Ensino Médio (Lei nº 11. 684, de 02 de junho de 2008).

Essa retomada da filosofia no currículo escolar levantou novamente as preocupações acerca de seu ensino, pois seu histórico na educação brasileira – uma verdadeira *Odisseia* – deu gênese a diversos entraves e até mesmo contradições na forma de conduzi-la como saber escolar, problemas estes já mencionados no início deste capítulo.

2 PRÁTICA DOCENTE EM FILOSOFIA E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Já é de conhecimento que os percalços históricos do ensino de filosofia no Brasil acarretaram problemas para a gênese de práticas didáticas que possam atingir os objetivos almejados para essa disciplina, bem como cumprir o que determina a legislação. Devido seu caráter dinâmico, parece um tanto complicado estabelecer metodologias que se consagrem com a filosofia em sala de aula.

Serão expostas aqui metodologias ou técnicas de ensino que podem levar à reflexão sobre a prática docente em filosofia com vistas a buscar melhores estratégias para a promoção de um ensino significativo aos educandos.

2.1 Metodologias para o ensino de filosofia

Um dos entraves no delineamento do ensino de filosofia na educação brasileira é justamente a dificuldade em se estabelecer metodologias que de fato possam levar os estudantes à prática do ato de filosofar de maneira autônoma.

A peculiaridade do saber filosófico gera tais dificuldades, devido à dinâmica filosófica que se apresenta em diversos contextos, por vezes gerando novos temas para o aprofundamento das discussões – por exemplo, as questões sobre estética, que só a partir do século XVIII com Baumgarten tornou-se disciplina independente para as reflexões filosóficas ou ainda a problemática em se estabelecer temas específicos para a filosofia do nosso tempo. Essas e outras questões têm impacto direto na forma como o docente em filosofia busca apresentar e desenvolver a prática do filosofar em sala de aula.

Refletir sobre os métodos e técnicas possíveis a esse ensino pode conduzir o docente à formulação de meios significativos de promoção e divulgação da filosofia no âmbito escolar e extraescolar, pois a escola não é um espaço neutro.

O professor é o condutor de qualquer processo de ensino, no caso específico do ensino de filosofia fala-se bastante sobre o fato de o docente que atua nessa área seja também um filósofo, como destacam Perencini e Rodrigues ao afirmarem que “é

altamente necessário que o professor de filosofia se assuma enquanto filósofo, que traz como problema filosófico também a sua própria ensinabilidade” (2014, p. 113). Isso levanta outra questão, agora relacionada à formação dos professores, que muitas vezes não é adequada ou nem mesmo é na área de filosofia – porém não cabe aqui alongar-se nesse assunto.

Numa dimensão metodológica, a autora Lídia Maria Rodrigo aponta um questionamento no mínimo pertinente:

Para colocar o saber filosófico ao alcance dos não iniciados, será inevitável traduzir em termos simples o arsenal conceitual e os problemas filosóficos visando facilitar sua compreensão; esse procedimento de simplificação não conduzirá fatalmente a uma banalização da filosofia? (RODRIGO, 2009, p. 13).

Observa-se que essa prática de simplificação pode acarretar um risco ao próprio saber filosófico, no sentido de torná-lo algo com um significado banal ou sem importância, por isso essa prática requer bastante atenção e cuidado por parte do professor, que se vê por vezes obrigado a realizar essa técnica devido ao fato de que os alunos só têm contato com a filosofia quando ingressam no Ensino Médio, logo há uma espécie de choque ao deparar-se com um saber totalmente novo e tão singular. “Ao contrário do que se pensa habitualmente, traduzir em termos simples um saber especializado não é tarefa fácil. Só quem conhece determinado assunto em toda sua complexidade pode ser capaz de simplificá-lo sem cair no simplismo” (RODRIGO, 2009, p.15).

Outra metodologia bastante difundida é ensinar por temas. Alguns manuais de filosofia¹⁶⁰ abordam questões filosóficas em meio a determinadas temáticas, dentre as mais corriqueiras destacam-se a morte, o consumismo, questões que envolvem as novas tecnologias ou as redes sociais, entre outras abordagens que se fazem presentes no cotidiano dos educandos. Sônia Campaner considera “a abordagem por temas aquela que possibilita um ambiente mais propício para lançar ao aluno do Ensino Médio o

¹⁶⁰ A exemplo: **Filosofando**: introdução à filosofia de Maria Lúcia Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins; **Filosofia e filosofias**: existência e sentidos de Juvenal Savian Filho; **Filosofia**: experiência do pensamento de Sílvio Gallo.

desafio de enfrentar a Filosofia, de pensar por si mesmo e de acessar aquilo que ele pode” (CAMPANER, 2012, p. 51).

O ensino por temas parece realmente algo que pode se tornar bastante significativo e produtivo para o ensino de filosofia, pois sua proposta nasce da realidade à qual os alunos estão inseridos e até mesmo da participação deles como apontadores de temas a serem elencados. Todavia, assim como na prática metodológica anterior, deve-se ficar atento a possíveis problemas que possam surgir dentro dessa técnica de ensino.

Essa abordagem, no entanto, não está isenta de problemas. Eles podem advir desde a superficialidade no tratamento dos temas, da escolha de temas por parte do professor e que não pertençam à esfera do interesse dos alunos, ou até mesmo da liberdade de escolha dos alunos, que resulta numa mera troca de opiniões ou num excessivo ecletismo (RODRIGO, 2012, p. 39).

O alerta da autora é pertinente, pois esses riscos podem ser mais corriqueiros do que se imagina e há a possibilidade de enxergarem a filosofia como mera discussão sobre temas “agradáveis”, mas que não dão resultado, ou seja, que não gerem nenhum produto.

Outra abordagem que cabe em discussão é o método de associação entre história da filosofia e o próprio ato de filosofar. Alguns autores vêm destacando esse método de ensino da filosofia pelo fato de que ele valoriza os clássicos e os associa a temas atuais. Essa metodologia pode remeter ao ensino por temas, porém neste último a história da filosofia (o cânon) não é tão explorada.

Então, filosofia e história da filosofia têm que andar juntas, senão você se torna ou de uma arrogância própria do ignorante ou de uma ignorância brutal e ingênua, porque imagina que está descobrindo uma coisa que provavelmente vem de trinta séculos antes de você, que já foi dita. (CHAUÍ, 2013, p.22).

A filosofia só será efetiva no cotidiano dos alunos se estes obtiverem um ensino calcado em meios que os levem a praticarem realmente a atitude filosófica e isso ocorrerá se a história da filosofia for devidamente utilizada.

Como prática, Marilena Chauí sugere:

[...] pelo menos uma vez por mês, o professor de filosofia no ensino médio deveria escolher um texto, de preferência um texto que abale os alunos, por exemplo, o mito da caverna, a abertura da *Metafísica* de Aristóteles, o início da Primeira Meditação. Imagino que é possível selecionar alguns textos muito impactantes e, sobre eles, ensinar os alunos já uma primeira versão desse método de leitura. (CHAUÍ, 2013, p. 29).

Explicita-se que muitos problemas abordados pela filosofia atualmente também foram colocados em destaque por filósofos do passado, por isso a história da filosofia pode ser de grande valia se há o objetivo de fundamentar-se melhor sobre determinadas questões, seja concordando com o já dito ou discordando para seguir outras linhas em busca de soluções para os problemas dados. Cabe aqui o alerta sobre a maneira como serão tratados os textos filosóficos, pois o fato de alguns serem bastante antigos ou de difícil compreensão – alguns filósofos não tiveram a preocupação de escrever de forma clara – pode acarretar desinteresse ou até mesmo desprezo por parte dos alunos.

No tocante aos métodos elencados e tantos outros, vale levar em consideração que o ensino de filosofia não deve ser pedagogizado e sim problematizado. O que pode nortear os objetivos do docente é a noção de que esse ensino não objetiva a aprendizagem de teorias ou sistemas filosóficos já consagrados pela tradição e sim a construção da própria filosofia, ou seja, a construção de saberes (conceitos) a partir de problemas estabelecidos através das provocações próprias da atitude filosófica.

2.2 Reflexos da prática docente em filosofia

Qualquer que seja a prática adotada pelo professor de filosofia, esta irá gerar consequências que terão reflexo na formulação do cenário do ensino dessa disciplina. Daí a consciência da grande responsabilidade que tem o docente ao escolher o caminho pelo qual irá conduzir o ensino e os objetivos que deseja a partir de determinado método.

Infelizmente ainda ocorre em muitas instituições educacionais um ensino de filosofia muito aquém do desejado. A filosofia é, em algumas ocasiões, ensinada de

forma aleatória, através de metodologias sem nexos com o saber filosófico e com uma avaliação da aprendizagem nada condizente com um ensino significativo.

Por outro lado, há ainda, a cultura de um ensino enciclopédico, sobretudo, com ênfase em avaliações externas como o ENEM. Este ensino foca a prática docente no desenvolvimento de técnicas de transmissão dos saberes filosóficos acumulados historicamente, porém deixa de lado quase efetivamente a atitude filosófica perante os conteúdos, ou seja, há aí a existência de uma educação bancária¹⁶¹, na qual o estudante apenas recebe conteúdos estabelecidos sem questioná-los e agir a partir deles.

Nas palavras de Walter Matias Lima

Essa é uma das possibilidades do ensino da filosofia: experimentar novas relações entre os seres, construir novas composições; o pensamento como plano de composição onde as relações e os acontecimentos se constroem e se desconstroem (LIMA, 2010, p. 70).

O docente, em sua prática precisa ter em mente tais pressupostos, pois a íntima relação do pensamento como alicerce para a construção da filosofia em sala de aula é algo que não pode ser desprezado por parte do professor. Nesse sentido, a percepção sobre todas as consequências do ensino por parte daquele que ensina, torna-se algo importante no tocante à formulação de metodologias.

A prática docente em filosofia, como já mencionado acima, nos direciona a questões pertinentes que geralmente voltarão nossos olhares para a maneira como o professor constrói seu fazer pedagógico nessa área. Sobre essa problemática didático-pedagógica acredita-se que

[...] o primeiro passo, então, para a elaboração de uma proposta didática para ensinar filosofia é recuperar a ensinabilidade de ouvir o outro, isto é, saber quem é, de onde vem, quais são suas histórias, seus limites, suas possibilidades, suas questões. Antes de nos preocuparmos tanto com o *quanto* ou o *que* vamos dizer em nossas aulas, poderíamos dar a oportunidade aos alunos de se expressarem e, a partir dessa “escuta”, elaborar um programa e estratégias que permitam a mediação entre suas questões e a tradição filosófica,

¹⁶¹ A concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (FREIRE, 2005, p. 68).

visando à constituição de espaços de formação e liberdade (RONDON, 2013, p. 71).

Obter o conhecimento prévio de diversas características daqueles que são o alvo do ensino pode dar aos docentes em filosofia bases sólidas para a construção de meios que proporcionem um ensino significativo com reflexos positivos que agreguem consistência ao saber filosófico e possa tornar a filosofia de fato necessária, transformadora no ambiente escolar e retirar de si a imagem de apenas mais uma disciplina obrigatória sem muita relevância na formação dos discentes.

2.3 Oficinas do pensamento

Tendo em vista as dificuldades metodológicas no ensino de filosofia, autores como Walter Kohan e Sônia Campaner propõem o trabalho com a filosofia em sala de aula por meio daquilo que eles denominam como oficinas de filosofia ou oficinas do pensamento. Será abordada aqui essa proposta que os autores nos apresentam.

Parece estranho falar em oficina relacionada à filosofia, pois tem-se a ideia, geralmente, de que uma oficina requer um trabalho especificamente material, ao passo que a filosofia trabalha conceitos e tem o pensamento como ponto de partida, todavia essa concepção de um trabalho prático voltado ao saber filosófico faz todo sentido se for bem organizado e se o professor souber articular o andamento da oficina em consonância com as especificidades que a filosofia tem.

O autor Walter Kohan define essas oficinas da seguinte forma:

[...] Uma oficina é um lugar onde se exerce um ofício; em filosofia pratica-se o ofício de pensar, e ele é realizado com arte, com cuidado, com detalhe, com delicadeza e sensibilidade, exercitando algumas de nossas potências: a leitura, a escuta, a atenção, a escrita, o diálogo; em cada uma dessas potências habita um conjunto de disparadores, ferramentas que, numa oficina, podemos aprender a empregar com alegria, força, manha, esforço, criatividade... dessa arte surgem os artefatos: os afetos, dúvidas, perguntas, problemas, conceitos, ideias, projetos (KOHAN, 2003, p.78).

Dessa forma, os estudantes desempenharão o ofício do pensar, porém não o praticarão de forma aleatória, solta, sem nexos, pois se o docente tiver clareza no resultado que deseja obter e na forma como irá fazer isso por meio da oficina, o esperado é que o exercício do pensamento trará frutos e dará sentido ao ensino de filosofia.

Durante esse trabalho, o professor deverá ser consciente de que precisa desenvolver em seus alunos a habilidade e capacidade de criar conceitos, afinal esse deve ser um dos principais objetivos da oficina do pensamento, do contrário será só mais uma atividade de caráter lúdico, afinal como Deleuze e Guattari afirmam “a Filosofia é a atividade de criação de conceitos”.

Esse tipo de prática parece ser bastante válida devido à oportunidade de o professor desenvolver sua própria criatividade e utilizar materiais diversificados na produção dessas atividades que formam a oficina de filosofia.

O professor pode ser uma espécie de DJ filosófico que, de posse de alguns materiais— textos, filmes, poemas —, produz um ambiente criativo que possibilite ao aluno discutir os temas sob ângulos diversos. Esse modo caleidoscópico de abordar os temas tem a vantagem de atrair os alunos e inseri-los no modo de discussão filosófica (CAMPANER, 2012, p.121).

É importante frisar a questão dos conteúdos, pois deve-se ter cuidado para não trabalhar temas desconexos que levarão a discussões não fundamentadas filosoficamente, por isso, a utilização de textos e outras fontes que abordam a tradição filosófica é de extrema valia.

As oficinas do pensamento quando bem executadas possibilitam ao docente a chance de assumir uma nova postura, algo diferenciado que pode contribuir significativamente ao aprendizado dos discentes, como destaca Sônia Campaner:

[...] O que consideramos importante, nessa maneira de dar aula, é que ela pode ser uma forma de colocar o professor em sala de aula, num lugar de escuta que não significa passividade. Mas um lugar que ele pode respeitar o aluno sem ser desrespeitado. Um lugar de autoridade sem autoritarismo. A Filosofia é uma disciplina que possibilita essa liberdade, e não há por que fazer com que ela seja ensinada segundo os parâmetros de outras disciplinas (CAMPANER, 2012, p. 121).

Assim, o docente acaba por integrar-se mais à turma de alunos e deixa de lado a velha imagem do professor como o detentor do saber e como figura central do processo de ensino. Com isso, acredita-se que os estudantes possam sentir-se mais à vontade para expor seus anseios, dúvidas e contribuições.

Se o objetivo é a criação de conceitos por meio das oficinas, não se pode deixar de lado a noção de que as dúvidas ou ainda a problematização da realidade são elementos fundamentais a essas atividades.

Quando aprendemos e ensinamos filosofia em uma oficina, nosso próprio pensamento está afetado: ele se transforma, emerge diferente, elabora maneiras próprias de criar e enfrentar as perguntas trabalhadas; algumas perguntas são respondidas; surgem novas perguntas; outras são transformadas; certos problemas filosóficos emergem com força da elaboração de algumas perguntas (KOHAN, 2013, p.79).

Trabalhar com o pensamento e, conseqüentemente, com as dúvidas introduzem o professor e sua turma no mundo dinâmico das interrogações próprias do fazer filosófico, que podem estimular e levar os jovens que compõem o público do Ensino Médio a sentirem-se sujeitos realmente ativos durante as aulas.

Diante dos expostos, nota-se que trabalhar com oficinas de filosofia em sala de aula requer cuidado e planejamento por parte do professor, que se souber realizar bem esse trabalho, dará aos estudantes possibilidades de expressão e criação filosóficas mais consistentes com a utilização da principal ferramenta da filosofia: o pensamento. “Oficinando, pensamos e repensamos o que parece o mesmo, e de tanto ser pensado, torna-se diferente” (KOHAN, 2013, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observando o trajeto da filosofia como disciplina escolar, é mais que perceptível os diversos obstáculos enfrentados pelos docentes nessa área, questão que muitas vezes torna a prática em filosofia na sala de aula mera obrigatoriedade sem compromisso com o real sentido dessa área do saber na escola. Infelizmente, a cultura imediatista e tecnicista entremeada nas escolas torna a tarefa do professor de filosofia ainda mais difícil.

Mais que um conjunto de métodos e estratégias, são necessários espaços intraescolares de promoção do saber e do fazer filosóficos com vistas à valorização da filosofia não apenas como disciplina escolarizada, mas sobretudo, como um modo de pensar e agir indispensáveis à vida em sociedade e à prática da cidadania.

A partir do contato com os autores que propõem meios diferenciados para as aulas de filosofia, ficou entendido que é essencial a análise dessas propostas e a possível aplicação delas no ambiente de sala de aula, mesmo que não da forma idêntica a que eles sugerem. Trabalhar filosofia na escola requer mais que uma gama de metodologias, exige um trato todo especial com a forma como se concebe a própria filosofia e sua aplicabilidade no cotidiano.

A novidade, o espanto, a curiosidade são alguns aspectos que fazem parte da filosofia desde seus primórdios, porém ao longo do tempo, sua institucionalização acabou por tolher de certa forma tais características, no momento em que ocorre um ensino decorativo calcado no êxito em exames específicos, prática essa que ainda se faz presente em muitas escolas. Os processos de ensino e aprendizagem envolvem muitas facetas e não necessariamente coincidentes, entretanto, ensinar é fazer aprender. Todo ensino que não tem como resultado a aprendizagem, não cumpre seu papel. Por essa razão, sempre que não se conquistam bons resultados em relação à aprendizagem dos alunos, precisa-se analisar cuidadosamente a qualidade das nossas propostas de ensino.

Notadamente, uma metodologia de ensino por mais eficaz que pareça, não tem garantia de atingir todos aqueles que serão seus alvos.

O ensino de filosofia deve levar a uma reflexão e conscientização onde o aluno seja capaz de formular e descobrir formas de partir do próprio pensamento como ferramenta para a interpretação do mundo a sua volta. É necessário que o professor crie situações propícias para que os próprios estudantes se mostrem motivados e capacitados para agirem filosoficamente.

Referências bibliográficas:

ADAS, S. **Propostas de trabalho e ensino de Filosofia:** especificidade das habilidades; eixos temático-históricos e transversalidade. São Paulo: Moderna, 2012.

AROWDEL-ROHAUT, M. **Exercícios filosóficos**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMPANER, S. **Filosofia: ensinar e aprender**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO, M.; CORNELLI, G. **Filosofia e formação**. Volume 1. Cuiabá: Central de Texto, 2013.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Disponível em: <file:///C:/Users/allex/Downloads/deleuze-gilles-guattari-fecc81lix-o-que-ecc81-a-filosofia.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (org). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONTIJO, P.; VALADÃO, E. B. **Ensino de filosofia no Ensino Médio nas escolas públicas do Distrito Federal: história, prática e sentidos em construção**. Campinas: Cedes, 2004.

LIMA, W. M. **O ensino de filosofia no Ensino Médio: problematizando a cidadania e a formação docente**. Maceió: Debates em Educação, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso: 10 de Out. 2017.

MOACI, A. C. **O nó do Ensino Médio**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PERENCINI, T. B.; RODRIGUES, A. **Uma problematização filosófica acerca do ensino de filosofia: da (de) formação universitária às práticas escolares no Ensino Médio**. São Paulo: Trilhas Pedagógicas, 2014.

RODRIGO, M. L. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

RONDON, R. **Entre o universalismo da tradição filosófica e a diversidade local nas escolas e seus sujeitos**. In: CARVALHO, M.;

CORNELLI, G. Ensinar Filosofia. Volume 2. Cuiabá: Central de Texto, 2013.

SÁ, L. F. A. V. **Filosofia no Ensino Médio: proposta versus problematização**. Natal: Saberes, 2014.

SIPAUBA, A. E. D. **A desvalorização do pensar**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/desvalorizacao-do-pensar/134717/>. Acesso: 20 de Out. 2017.

SIQUEIRA, G. L.; RIBAS, M. A. C. **Dificuldades do Ensino de Filosofia no cenário da Educação Brasileira**. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4731.pdf>. Acesso: 20 de Out. 2017.